

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	14
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	54

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
	58

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo		Ordinária		0,51486
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe B	0,51486
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82454
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/07/2011	Ordinária		0,03189
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03189
Reunião do Conselho de Administração	04/08/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15655
Reunião do Conselho de Administração	04/08/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,15655

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	18.545.994	18.884.004
1.01	Ativo Circulante	912.221	857.842
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.101	77
1.01.02	Aplicações Financeiras	428.364	170.683
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	428.364	170.683
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	428.364	170.683
1.01.03	Contas a Receber	323.150	353.702
1.01.03.01	Clientes	323.150	353.702
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	344.258	374.810
1.01.03.01.02	Perda estimada de créditos	-21.108	-21.108
1.01.04	Estoques	47.735	51.670
1.01.07	Despesas Antecipadas	376	2.734
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	110.495	278.976
1.01.08.03	Outros	110.495	278.976
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	15.795	12.269
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	0	171.266
1.01.08.03.03	Outros	94.700	95.441
1.02	Ativo Não Circulante	17.633.773	18.026.162
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.454.556	1.541.141
1.02.01.03	Contas a Receber	19.458	20.399
1.02.01.03.01	Clientes	19.458	20.399
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.008.445	1.101.569
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.008.445	1.101.569
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	426.653	419.173
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	426.653	419.173
1.02.02	Investimentos	8.172	8.172
1.02.02.01	Participações Societárias	8.172	8.172
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8.172	8.172
1.02.03	Imobilizado	16.171.045	16.476.849
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.171.045	16.476.849

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	18.545.994	18.884.004
2.01	Passivo Circulante	1.465.507	1.583.289
2.01.02	Fornecedores	56.346	68.302
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56.346	68.302
2.01.03	Obrigações Fiscais	93.298	92.827
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	93.298	92.827
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	93.298	92.827
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	409.633	572.901
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	409.633	572.901
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	245.782	89.851
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	163.851	483.050
2.01.05	Outras Obrigações	906.230	849.259
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	39.354	37.283
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	39.354	37.283
2.01.05.02	Outros	866.876	811.976
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	234.223	164.731
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Ssit. Transmissão	88.230	100.925
2.01.05.02.05	Obrigações Estianddas e Folha de Pagamento	32.597	41.627
2.01.05.02.06	Obrigações Socioambientais	24.075	24.172
2.01.05.02.07	Fundo de Investimentos em Diretitos Creditórios - FIDC	295.004	285.123
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	192.747	195.398
2.02	Passivo Não Circulante	6.546.980	6.825.764
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.093.583	2.197.143
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.093.583	2.197.143
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.078.096	1.040.110
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.015.487	1.157.033
2.02.02	Outras Obrigações	3.106.799	3.200.455
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	123.839	135.968
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	123.839	135.968
2.02.02.02	Outros	2.982.960	3.064.487
2.02.02.02.03	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	966.436	1.039.553
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	5.184	5.184
2.02.02.02.05	Provisão para Riscos Legais	1.722.138	1.588.598
2.02.02.02.06	Obrigações Socioambientais	218.460	228.492
2.02.02.02.07	Outros Obrigações	37.159	87.577
2.02.02.02.08	Tributos e Contribuições Sociais - Parcelamentos	33.583	115.083
2.02.03	Tributos Diferidos	1.346.598	1.428.166
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.346.598	1.428.166
2.02.03.01.01	Impotos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.346.598	1.428.166
2.03	Patrimônio Líquido	10.533.507	10.474.951
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	622.747	622.747
2.03.04.01	Reserva Legal	4.652	4.652
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	618.095	618.095
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	157.898	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.848.331	1.947.673

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	700.209	1.426.498	688.413	1.384.138
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-441.262	-858.108	-446.472	-893.481
3.02.01	Pessoal	-55.075	-102.355	-54.433	-100.673
3.02.02	Ent.Prev. a Empregados - Contrib. Plano	-2.079	-3.951	-2.123	-4.016
3.02.03	Ent. Prev. a Empregados - Delib. CVM nº 371/2000	-11.420	-19.484	1.144	-10.181
3.02.04	Material	-4.831	-7.476	-3.369	-6.383
3.02.05	Serviços de Terceiros	-32.012	-56.316	-21.993	-42.678
3.02.06	Comp. Financeira Utilização de Recursos Hídricos	-47.489	-94.820	-43.941	-91.083
3.02.07	Energia Comprada	0	0	-23.254	-45.593
3.02.08	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão/ Serviço do Ssistema	-78.481	-159.309	-82.139	-164.492
3.02.09	Taxa do Setor Elétrico	-4.223	-8.454	-4.019	-8.044
3.02.10	Créditos de COFINS/PIS s/Encargos de Uso da Rede e Energia Comprada	7.199	14.141	9.462	18.691
3.02.11	Depreciação	-194.593	-389.832	-195.310	-390.841
3.02.12	Provisões Operacionais	-6.789	-14.754	-18.680	-34.312
3.02.13	RTE Despacho 2517/2010 - ANEEL	-9.645	-9.645	0	0
3.02.14	Outras Despesas	-1.824	-5.853	-7.817	-13.876
3.03	Resultado Bruto	258.947	568.390	241.941	490.657
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.534	-141.003	-33.882	-67.494
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-54.534	-141.003	-33.882	-67.494
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	-54.534	-141.003	-33.882	-67.494
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	204.413	427.387	208.059	423.163
3.06	Resultado Financeiro	-100.587	-211.181	-146.161	-329.622
3.06.01	Receitas Financeiras	10.550	20.034	23.204	39.050
3.06.02	Despesas Financeiras	-111.137	-231.215	-169.365	-368.672
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-98.042	-197.016	-99.939	-204.211
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas	-61.338	-114.421	-49.311	-99.919
3.06.02.03	Variações Cambiais Líquidas	48.243	80.222	-20.115	-64.542
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.826	216.206	61.898	93.541

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.261	-82.650	16.596	13.052
3.08.01	Corrente	-46.013	-114.469	-27.403	-62.260
3.08.02	Diferido	14.752	31.819	43.999	75.312
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.565	133.556	78.494	106.593
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	72.565	133.556	78.494	106.593
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	751.772	667.890
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	841.765	822.960
6.01.01.01	Lucro Líquido	133.556	106.593
6.01.01.02	Depreciação	391.713	391.618
6.01.01.03	Juros, Variação Monetárias e Cambiais	211.181	329.622
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-31.819	-75.312
6.01.01.05	Ganho na Consolidação do REFIS	-19.956	0
6.01.01.06	Provisões para Riscos Legais	139.053	49.110
6.01.01.07	Entidade de Previdência - Deliberação CVM nº 371/2000	19.484	10.181
6.01.01.08	Outras	-1.447	11.148
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-89.993	-155.070
6.01.02.01	Valores a Receber	30.552	18.899
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-3.526	4.620
6.01.02.03	Almoxarifado	3.935	-2.561
6.01.02.04	Despesas pagas Antecipadamente	2.358	-3.307
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	163.786	329
6.01.02.06	Outros Créditos	1.682	48.104
6.01.02.07	Fornecedores	-11.956	11.376
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	-8.778	-17.752
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade de Previdência Privada	-19.484	-11.110
6.01.02.10	Taxas Regulamentares / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-12.695	84
6.01.02.11	Pagamentos de Riscos Legais	-15.308	-32.759
6.01.02.12	Parcelamento de Ações de Desapropriações - Cindidas	-55.186	-9.319
6.01.02.13	Pagamentos Obrigações Sócioambientais - TAC	-10.129	92.723
6.01.02.14	Obrigações Estimadas e Folha Pagamento	-9.030	-1.662
6.01.02.15	Outros Passivos	-16.047	-136.227
6.01.02.16	Juros Pagos referente Empréstimos e Financiamentos	-130.167	-116.508
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.347	-76.821
6.02.01	Imobilizado	-86.347	-76.821
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-405.720	-561.476
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos Captados	169.793	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-559.877	-501.126
6.03.03	Pagamento de Principal - REFIS	-15.636	-15.000
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio	0	-45.350
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	259.705	29.593
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	170.760	229.457
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	430.465	259.050

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	622.747	0	1.947.673	10.474.951
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	622.747	0	1.947.673	10.474.951
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	232.898	-99.342	133.556
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	133.556	0	133.556
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	99.342	-99.342	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	99.342	-99.342	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	622.747	157.898	1.848.331	10.533.507

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	618.095	-48.061	2.146.784	10.621.349
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	618.095	-48.061	2.146.784	10.621.349
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-50.000	0	-50.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-50.000	0	-50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	206.149	-99.556	106.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	106.593	0	106.593
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	99.556	-99.556	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	99.556	-99.556	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	618.095	108.088	2.047.228	10.677.942

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	1.630.396	1.580.811
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.630.396	1.580.811
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-226.297	-270.365
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63.792	-49.061
7.02.04	Outros	-162.505	-221.304
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Ssistema	-159.309	-164.492
7.02.04.02	Energia Comprada	0	-45.593
7.02.04.03	Outras Despesas	-3.196	-11.219
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.404.099	1.310.446
7.04	Retenções	-391.713	-391.618
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-391.713	-391.618
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.012.386	918.828
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-50.930	-61.390
7.06.02	Receitas Financeiras	20.034	39.050
7.06.03	Outros	-70.964	-100.440
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	80.222	-64.542
7.06.03.02	Entidade de Previdência - Deliberação CVM nº 371/2000	-19.484	-10.181
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.819	75.312
7.06.03.04	Provisões Operacionais	-14.754	-34.312
7.06.03.05	RTE Despacho 2517/2010 - ANEEL	-9.645	0
7.06.03.06	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas	-139.122	-66.717
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	961.456	857.438
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	961.456	857.438
7.08.01	Pessoal	79.401	80.544
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.450	76.528
7.08.01.04	Outros	3.951	4.016
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	273.911	210.023
7.08.02.01	Federais	273.847	209.971
7.08.02.03	Municipais	64	52
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	474.588	460.278
7.08.03.01	Juros	197.016	204.211
7.08.03.02	Aluguéis	2.657	2.657
7.08.03.03	Outras	274.915	253.410
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	114.421	99.919
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	94.820	91.083
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	42.703	40.551
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	14.517	13.813
7.08.03.03.05	Taxas de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	8.454	8.044
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	133.556	106.593
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	133.556	106.593

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO OPERACIONAL**

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>Variação (%)</u>
Receita Operacional Líquida			
No 1º Trimestre	726.289	695.725	4,39
No 2º Trimestre	700.209	688.413	1,71
	<u>1.426.498</u>	<u>1.384.138</u>	<u>3,06</u>

ANÁLISE DO RESULTADO DO TRIMESTRE

O comportamento dos preços médios de fornecimento e suprimento, desconsiderados os efeitos da energia de comercialização de curto prazo, apresentam-se como segue:

	<u>Trimestres Findos em Junho (*)</u>		
	<u>Preço Médio R\$/MWh</u>		
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>Variação (%)</u>
Vendas			
Fornecimento - Consumidores Livres	102,17	95,51	6,98
Suprimento - Leilão de Energia	93,24	92,02	1,32

As receitas operacionais da Companhia no segundo trimestre de 2011 atingiram R\$ 803 milhões, com crescimento de 2% em relação ao mesmo trimestre de 2010, resultado obtido, principalmente, com o aumento dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R\$ 507,5 milhões e pela venda de energia a consumidores livres e agentes comercializadores, que totalizaram R\$ 273,6 milhões (Nota 26.3).

Os custos e despesas operacionais no trimestre ficaram em R\$ 441.262 mil, com redução/aumento de algumas rubricas e variações em itens regulados e/ou não gerenciáveis, refletindo uma redução de 1,2% em relação ao trimestre do ano anterior.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) atingiu R\$ 258.947 mil e o EBTIDA (ajustado) ficou em R\$ 471.749 mil, com crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período de 2010.

O Resultado Bruto após dedução da rubrica Outras receitas (despesas) operacionais atingiu R\$ 204.413 mil.

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 100,6 milhões negativo, com redução de 31,2% em relação ao primeiro trimestre de 2010. As receitas financeiras atingiram 10,6 milhões, principalmente pela redução na atualização de valores a receber – energia livre. Os encargos de dívidas e outras despesas financeiras registraram uma redução de 1,9% e totalizaram R\$ 98 milhões negativo. As variações monetárias e cambiais líquidas alcançaram R\$ 13,1 milhões negativo, R\$ 69,4 milhões negativo em 2010, decorrente, principalmente, da valorização do Real frente ao Dólar norte-americano no segundo trimestre de 2011 (Nota 28).

O Lucro antes dos impostos registrou R\$ 103,8 milhões. A apropriação do imposto de renda e da contribuição social, calculados sobre o lucro fiscal tributável atingiu R\$ 46 milhões, representando um elevado aumento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, decorrente da tributação das variações cambiais líquidas positivas, pela liquidação de parcelas de contratos de dívida em moeda estrangeira. Após a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo/passivo, a Companhia encerrou o segundo trimestre de 2011 com Lucro Líquido de R\$ 72,6 milhões.

(*) Não revisado pelos Auditores Independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
1. Endividamento do Ativo		
Passivo Circulante e Não Circulante		
----- =	0,43	0,45
Ativo Total		
2. Liquidez Corrente		
Ativo Circulante		
----- =	0,62	0,54
Passivo Circulante		
3. Valor Patrimonial da Ação - R\$	= 32,16	31,98
	Trimestres findos em Junho	
	2011	2010
4. Preço Médio Geral - R\$ por MWh (*)		
Receita de Suprimento e Fornecimento		
----- =	95,22	92,90
Energia Vendida (MWh)		
5. Margem Operacional - %		
Resultado do Serviço		
----- =	36,98	35,14
Receita Operacional Líquida		
6. Taxa de Retorno do Imobilizado - %		
Resultado do Serviço		
----- =	1,60	1,47
Ativo Imobilizado Líquido em Serviço		
7. Quadro de Empregados - nº (**)	= 1.377	1.434
8. Aplicação em Imobilizado - R\$ mil	= 43.740	37.755

(*) Exclui Energia de Curto Prazo - CCEE

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram revisados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma companhia de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo e desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, também da Bovespa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP possui um parque gerador instalado de **7.456 MW** (Nota 11.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 53% da potência hidráulica instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupιά, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.000 GWh, ou seja, cerca de 8,4% da energia assegurada do país, de origem hidráulica.

Usinas	Produção em MWh					
	2011			2010		
	1º Trimestre	2º Trimestre	Acumulado	1º Trimestre	2º Trimestre	Acumulado
Ilha Solteira	4.472.504	4.414.958	8.887.462	4.655.590	4.261.713	8.917.303
Três Irmãos	1.039.623	936.419	1.976.042	1.172.469	736.443	1.908.912
Jupιά	2.047.590	2.236.268	4.283.858	2.288.820	2.339.655	4.628.475
Porto Primavera	2.594.354	2.576.858	5.171.212	2.464.573	2.532.826	4.997.399
Paraibuna	83.497	118.646	202.143	176.145	173.830	349.975
Jaguari	22.827	11.675	34.502	38.555	18.459	57.014
Total	10.260.395	10.294.824	20.555.219	10.796.152	10.062.926	20.859.078

Da receita operacional da Companhia no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2011, 73% (71% em 2010) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia, agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 23% (24% em 2010) no segmento fornecimento de energia (consumidores livres), e 4% (5% em 2010) em energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 24.3).

Notas Explicativas

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia)

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo quatro leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP vendeu, através de leilões, 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,40	nov/05	94,91
		2.288,0			
LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 24.1).

1.3 Renovação das Concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação de parte das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa e/ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Companhia poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.

1.4 Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal – Canal de Pereira Barreto – com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia

Notas Explicativas

– MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010). Durante 2009 vigorou a TEO de R\$ 8,18 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 775, de 16 de dezembro de 2008).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de Conformidade

As informações trimestrais da CESP foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e pelo IASB que são efetivas para o período findo em 30 de junho de 2011. As principais práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados.

2.2 Base de Elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A CVM, durante os anos 2009 e 2010, aprovou diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativa a 1º de janeiro de 2009 (data da transição), para fins de comparação. As informações relativas ao período findo em 30 de junho de 2011 já contemplam a adoção desses normativos, e as demonstrações contábeis correspondentes ao período encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de 2010 foram ajustadas e reclassificadas, a fim de considerar a aplicação desses normativos e tornar as demonstrações contábeis comparativas entre os períodos divulgados.

2.3 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a empresa atua. As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa 3.1 a 3.21 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Tipo de Aplicação	30.06.2011	31.12.2010
Caixa			
Depósitos bancários à vista.....		2.101	77
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM	Fundo	397.703	155.896
Banco Bradesco S.A.	CDB / CDI	9.570	9.067
Outras Instituições.....	CDB / CDI	21.091	5.720
		<u>428.364</u>	<u>170.683</u>
Total.....		<u>430.465</u>	<u>170.760</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas entre 95% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e a fundo vinculado ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo este 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas entre 95% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5 VALORES A RECEBER

	30.06.2011	31.12.2010
	Total	Total
Consumidores		
Industrial (a).....	45.580	58.072
Comercial.....	209	-
Serviços públicos.....	16.227	16.338
	<u>62.016</u>	<u>74.410</u>
Revendedores		
Contratos de Compra de Energia.....	7.907	6.079
Agentes Comercializadores	32.681	28.212
Leilões de Energia.....	209.594	222.555
	<u>250.182</u>	<u>256.846</u>
Energia Livre / CCEE		
Energia Livre (RTE) - Despacho ANEEL nº 2517.....	15.941	13.651
CCEE (b).....	16.119	29.903
	<u>32.060</u>	<u>43.554</u>
Total.....	<u>344.258</u>	<u>374.810</u>

- (a) A Companhia mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 4.172, para cobrir prováveis riscos na realização de saldos de consumidores (Nota 6).
- (b) Mediante declaração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE sobre o desligamento do agente União Comercializadora de Energia S/A, por descumprimento de obrigação, a Companhia mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3.824 (Nota 6).

5.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 30 de junho de 2011, a concentração dos cinco principais clientes é de 29% do total da carteira (29% em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

5.2 Energia Livre – RTE

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre, atualizados até julho de 2010, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cuja composição é apresentada no quadro a seguir:

Energia Livre (RTE)

Saldo em 31.12.2010.....	13.651
Atualização.....	3.408
Recebimentos.....	(1.118)
Saldo em 30.06.2011.....	<u>15.941</u>

5.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE *versus* o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período de 6 meses findo em 30 de junho de 2011, a Companhia comercializou o montante de R\$ 75.652 (R\$ 75.451 em 30.06.2010) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 24.3).

6 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte composição:

Devedor	30.06.2011	30.12.2010
Consumidores.....	(4.172)	(4.172)
Valores a Receber - CCEE.....	(3.824)	(3.824)
Outros Créditos.....	(13.112)	(13.112)
	<u>(21.108)</u>	<u>(21.108)</u>

7 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	30.06.2011	30.12.2010
Circulante		
Cauções e depósitos vinculados		
Depósitos vinculados (b).....	-	171.266
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		
Ações cíveis.....	147.312	142.473
Ações trabalhistas - recursais	23.021	19.657
Outros.....	181.213	182.183
	<u>351.546</u>	<u>344.313</u>
Cauções		
Quotas subordinadas - FIDC (a).....	75.107	74.860
	<u>426.653</u>	<u>419.173</u>
Total.....	<u>426.653</u>	<u>590.439</u>

Notas Explicativas

- (a) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório – FIDC (IV – 72 quotas), que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.
- (b) Referia-se à aquisição de US\$ 102.783 mil efetuada em outubro e novembro de 2010 e utilizada para liquidação do empréstimo *Medium Term Notes*, bônus Série 6 em fevereiro de 2011 (Nota 12.2.3.a).

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.142.831, sendo: R\$ 1.611.153 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 1.222.527 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 388.626), e de contribuição social de R\$ 531.678 (formado por base negativa de contribuição social de R\$ 391.773 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 139.905).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 30 de junho de 2011, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2019, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Composição dos saldos:

	ATIVO		PASSIVO	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais registrados (*).....	740.751	809.671	-	-
Prejuízos fiscais (não registrados).....	481.776	600.152	-	-
Diferenças intertemporais (não registradas).....	388.626	990.037	-	-
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10).....	-	-	700.125	737.755
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos.....	-	-	294.494	316.841
	<u>1.611.153</u>	<u>2.399.860</u>	<u>994.619</u>	<u>1.054.596</u>
Contribuição social				
Base negativa registrada (*).....	267.694	291.898	-	-
Base negativa (não registrada).....	124.079	162.080	-	-
Diferenças intertemporais (não registradas).....	139.905	356.413	-	-
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10).....	-	-	252.046	265.592
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos.....	-	-	99.933	107.978
	<u>531.678</u>	<u>810.391</u>	<u>351.979</u>	<u>373.570</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados.....	<u>(1.134.386)</u>	<u>(2.108.682)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.008.445</u>	<u>1.101.569</u>	<u>1.346.598</u>	<u>1.428.166</u>

(*) No primeiro semestre de 2011, foi realizado o valor de R\$ 93.124, sendo compensado com (i) impostos correntes e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 36.086, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 13.663 de base negativa; e (ii) com dívidas tributárias oriundas do parcelamento da Lei 11.941/2009, apropriado contra o Passivo de longo prazo, o valor de R\$ 32.835 de prejuízo fiscal e R\$ 10.540 de base negativa.

A partir do exercício de 2003, a Companhia adotou o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 27).

Notas Explicativas

Os créditos fiscais registrados no total de R\$ 1.008.445 (R\$ 1.101.569 em 31.12.2010), deverão ser realizados no período de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Até 2020
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 e 2020	Total
Parcela Estimada de Realização	41.249	97.019	133.928	157.354	133.081	251.839	193.975	1.008.445

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.12.2010</u>
Circulante		
Imposto de renda (a).....	6.237	4.148
Contribuição social (b).....	1.794	1.485
COFINS a compensar	4.273	3.346
PIS a compensar.....	3.491	3.290
	<u>15.795</u>	<u>12.269</u>

- (a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizado pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
- (b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimentos por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

10 OUTROS CRÉDITOS

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.12.2010</u>
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.187	1.354
Créditos diversos (a).....	19.109	17.116
FIDC - cotas vinculadas.....	30.565	31.555
Ordens de projetos - P & D.....	31.352	27.942
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás).....	2.729	4.712
DAEE - Cessão de créditos (b).....	8.668	11.043
Outros.....	1.090	1.719
	<u>94.700</u>	<u>95.441</u>
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	4.778	5.719
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Ordens de projetos.....	13.319	13.319
	<u>19.458</u>	<u>20.399</u>
Total.....	<u>114.158</u>	<u>115.840</u>

- (a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$ 13.112. (Nota 6).

Notas Explicativas

(b) Contrato firmado em 21 de julho de 2006, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos para quitação de dívida de contrato entre a CESP e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, com vencimento final em 31 de agosto de 2010; e contrato firmado em 30 de novembro de 2009 com vencimento final em abril de 2011. Em 26 de março e 25 de abril de 2007, foram firmados termos aditivos a esse contrato alterando o prazo de recebimento para 40 parcelas mensais, além de aditivos contratuais celebrados em 21.01.2008 e em 30.04.2009, no valor de R\$ 11,2 milhões e de R\$ 10 milhões, respectivamente.

11 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 11.1 a 11.4 tem a seguinte composição:

	30.06.2011		31.12.2010		
	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	Custo Total	Depreciação		
			Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Terrenos.....		1.057.527	-	1.057.527	1.044.546
Reservatórios, Barragens e Aduotoras.....	2,0%	25.774.102	(15.281.336)	10.492.766	10.751.084
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1,8%	7.548.079	(5.473.508)	2.074.571	2.141.982
Máquinas e Equipamentos.....	1,5%	8.383.267	(6.063.297)	2.319.970	2.373.612
Veículos.....	11,3%	20.034	(17.704)	2.330	2.690
Móveis e Utensílios.....	6,8%	29.169	(17.342)	11.827	12.579
		<u>42.812.178</u>	<u>(26.853.187)</u>	<u>15.958.991</u>	<u>16.326.493</u>
Em Curso					
Terrenos.....		1.711	-	1.711	480
Reservatórios, Barragens e Aduotoras.....		51.545	-	51.545	42.270
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		10.051	-	10.051	9.381
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....		83.204	-	83.204	69.184
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		60.092	-	60.092	55.050
Depósitos Judiciais.....		94.365	-	94.365	68.344
Outros.....		10.265	-	10.265	4.826
		<u>311.233</u>	<u>-</u>	<u>311.233</u>	<u>249.535</u>
Subtotal		<u>43.123.411</u>	<u>(26.853.187)</u>	<u>16.270.224</u>	<u>16.576.028</u>
Provisão para redução ao valor recuperável.....		(99.179)	-	(99.179)	(99.179)
Total		<u>43.024.232</u>	<u>(26.853.187)</u>	<u>16.171.045</u>	<u>16.476.849</u>

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

Notas Explicativas

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação (Baixas)	Saldo em 30.06.2011
Em Serviço						
Terrenos.....	1.044.546	-	-	12.981	-	1.057.527
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	10.751.084	-	(258.318)	-	-	10.492.766
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2.141.982	-	(67.366)	-	(45)	2.074.571
Máquinas e Equipamentos.....	2.373.612	-	(64.735)	11.105	(12)	2.319.970
Veículos.....	2.690	-	(412)	52	-	2.330
Móveis e Utensílios.....	12.579	-	(882)	511	(381)	11.827
	16.326.493	-	(391.713)	24.649	(438)	15.958.991
Em Curso						
Terrenos.....	480	14.212	-	(12.981)	-	1.711
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	42.270	9.275	-	-	-	51.545
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	9.381	670	-	-	-	10.051
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....	69.184	24.599	-	(10.579)	-	83.204
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	55.050	5.564	-	(522)	-	60.092
Depósitos Judiciais.....	68.344	26.021	-	-	-	94.365
Outros.....	4.826	6.006	-	(567)	-	10.265
	249.535	86.347	-	(24.649)	-	311.233
Subtotal	16.576.028	86.347	(391.713)	-	(438)	16.270.224
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(99.179)	-	-	-	-	(99.179)
Total	16.476.849	86.347	(391.713)	-	(438)	16.171.045

Notas Explicativas

11.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos relevantes para o parque gerador.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 94.365, iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina Eng^o. Sérgio Motta (porto Primavera) e outras demandas de usinas da CESP.

Os custos retardatários dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 25.2).

11.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupados em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia, a saber:

Bacia	Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW	Garantia Física MW Médio (1)	Entrada em Operação (2)	Prazo de Concessão
Paraná	Ilha Solteira (3)	20	3.444	1.949	18.07.73	07.07.15
	Jupiá	14	1.551	886	14.04.69	07.07.15
	Três Irmãos (4)	5	808	-	28.11.93	18.11.11
	Engenheiro Sérgio Motta (5)	14	1.540	1.017	23.01.99	21.05.28
Paraíba	Jaguari	2	28	14	05.05.72	20.05.20
	Paraibuna	2	85	50	20.04.78	09.03.21
			<u>7.456</u>	<u>3.916</u>	(5)	

(1) É a energia disponível para comercialização nas usinas de um sistema interligado, apurada na barra da usina, na conexão com o Sistema Interligado Nacional (Nota 1.1).

(2) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.

(4) Localiza-se no rio Tietê, mas opera de forma integrada com a usina de Ilha Solteira, através do Canal de Pereira Barreto.

(5) Da energia assegurada da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

Obs.: Dados relacionados à potência e energia não foram revisados pelos auditores independentes.

11.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Notas Explicativas

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1 Composição

	30.06.2011				31.12.2010			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras (1).....	2.396	91.574	86.388	180.358	3.034	97.739	141.074	241.847
BNDES (2).....	4.822	52.329	584.044	641.195	2.196	56.530	647.389	706.115
Medium Term Notes (3).....	12.330	-	343.442	355.772	23.119	300.002	366.564	689.685
Outras Instituições	41	359	1.613	2.013	46	384	2.006	2.436
	<u>19.589</u>	<u>144.262</u>	<u>1.015.487</u>	<u>1.179.338</u>	<u>28.395</u>	<u>454.655</u>	<u>1.157.033</u>	<u>1.640.083</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (4).....	8.284	195.490	99.402	303.176	970	44.351	99.790	145.111
Notas de Médio Prazo (5).....	36.778	-	940.323	977.101	39.299	-	899.341	938.640
ELETOBRÁS (6).....	15	5.215	38.371	43.601	-	5.231	40.979	46.210
	<u>45.077</u>	<u>200.705</u>	<u>1.078.096</u>	<u>1.323.878</u>	<u>40.269</u>	<u>49.582</u>	<u>1.040.110</u>	<u>1.129.961</u>
	<u>64.666</u>	<u>344.967</u>	<u>2.093.583</u>	<u>2.503.216</u>	<u>68.664</u>	<u>504.237</u>	<u>2.197.143</u>	<u>2.770.044</u>

12.2 Informações sobre Operações em Moeda Estrangeira

- (1) O saldo é devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, na posição de 15 de abril de 1994, pela assinatura do contrato com a União em 31 de dezembro de 1997 no contexto do Plano *Brady*, e é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal		
	Vencido. (b)	Carência (b)			30.06.2011	31.12.2010	
Bônus de Conversão da			17 parcelas				
Dívida (a).....	18	10	semestrais	LIBOR semestral + 7/8	91.574	97.739	
Bônus de Capitalização (a).....	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00			
					<u>86.388</u>	<u>141.074</u>	
					<u>177.962</u>	<u>238.813</u>	

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

- (2) O saldo refere-se a contrato firmado com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em 2 de dezembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de *spread* básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do Plano *Brady*, referentes a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.

- (3) Nesta rubrica estão registradas operações no mercado internacional de capitais, sem garantias, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:

(a) Série 6 (ISIN nº US12517GAD79): saldo liquidado em 28 de fevereiro de 2011 (R\$ 305.919 em 31.12.2010) referente ao lançamento de Notas de Médio Prazo, ocorrido em 3 de março de 2006, no valor de US\$ 300 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 10% a.a. e vencimento único dos títulos em fevereiro de 2011. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional. Em janeiro de 2007, foram liquidados antecipadamente R\$ 247.691 (principal) em processo de *tender offer*.

(b) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): saldo de R\$ 343.442 (R\$ 366.564 em 31.12.2010) referente ao lançamento de Notas de Médio Prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US\$ 220 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Notas Explicativas

Os títulos identificados acima integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado para US\$ 800 milhões em maio de 2002, US\$ 975 milhões em agosto de 2006 e US\$ 1,4 bilhões em janeiro de 2007.

As Notas de Médio Prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de *Sale and Leaseback* e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas Informações trimestrais em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

12.3 Informações sobre Operações em Moeda Nacional

- (4) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:
- (a) Valor de principal composto por saldo de R\$ 125.099 (R\$ 144.141 em 31.12.2010), referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,40% a.a., indexado de duas formas:
- Saldo de R\$ 100.350 (R\$ 116.327 em 31.12.2010), referente a parte dos direitos adquiridos do BNDES pela União, indexados pela TJLP com redutor de 6% a.a.
- Saldo de R\$ 24.749 (R\$ 27.814 em 31.12.2010), referente ao acordo denominado BIBS – *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* – títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União com os bancos comerciais estrangeiros, indexadas pela variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado.
- (b) Em 15 de janeiro de 2011 a Companhia efetuou o lançamento de 150 notas promissórias comerciais (*comercial papers*), no valor individual de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalente à variação acumulada de 106% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, CDI *over* extra grupo, base 252 dias, com vencimento único em 15 de janeiro de 2012. O saldo em 30 de junho de 2011 totaliza R\$ 150.000 de principal e foi utilizado para liquidação das notas emitidas no mercado internacional de capitais da Série 6 (nota 12.2.3 (a)).
- (c) Em 1º de abril de 2011 a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras de caixa da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2011). O saldo do principal em 30 de junho de 2011 é de R\$ 19.793.
- (5) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 30 de junho de 2011 é de R\$ 940.323 (R\$ 899.341 em 31.12.2010).
- (6) Saldo de principal de R\$ 43.586 (R\$ 46.210 em 31.12.2010), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 42.094 (R\$ 44.595 em 31.12.2010) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina Eng^o. Sérgio Motta, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de dezembro de 2019.
- (b) Saldo de R\$ 1.492 (R\$ 1.615 em 31.12.2010) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de IRD – Instrumento de Reconhecimento de Débito, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 31 de julho de 2020.

Notas Explicativas**12.4 Composição de Saldo Devedor de Principal em Moeda Estrangeira:**

Moeda	30.06.2011			31.12.2010		
	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%
	US\$.....	1.159.749	755.453	100,00	1.611.689	967.284
	1.159.749	755.453	100,00	1.611.689	967.284	100,00

12.5 O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 30 de junho de 2011, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
	2012 (após junho).....	33.198	51.826	43.648
2013.....	289.889	452.545	36.186	488.731
2014.....	58.208	90.868	12.813	103.681
2015.....	47.921	74.810	927.813	1.002.623
De 2016 a 2020.....	220.402	344.070	46.805	390.875
De 2021 a 2024.....	876	1.368	10.831	12.199
	650.494	1.015.487	1.078.096	2.093.583

12.6 Variações Percentuais das Principais Moedas e Indexadores:

	Nos Períodos Findos em	
	30.06.2011	31.12.2010
US\$.....	(6,31)	(4,31)
TR.....	0,31	0,69
IGP - M.....	0,70	11,32
IGP - DI.....	0,37	11,30

13 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

	30.06.2011			31.12.2010
	Circulante		Não Circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal	
- FIDC IV.....	10.529	284.475	966.436	1.261.440
	10.529	284.475	966.436	1.324.676

Notas Explicativas

Vencimentos:

- 2012.....	180.144
- 2013.....	232.013
- 2014.....	210.139
- 2015.....	187.664
- 2016.....	132.980
- 2017.....	23.496
	<u>966.436</u>

Em 18 de dezembro de 2007, ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a.. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia.

A Companhia possui cauções em quotas subordinadas da operação (FIDC IV) no valor de R\$ 75.107 (Nota 7 (a)).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

14 VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	30.06.2011			31.12.2010
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
ELETROBRÁS	- Energia de ITAIPU, Própria e				
	Transporte de Potência (a).....	34.173	113.909	148.082	156.489
	- Refinanciamento (b).....	5.181	9.930	15.111	16.762
		<u>39.354</u>	<u>123.839</u>	<u>163.193</u>	<u>173.251</u>

- (a) Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação anual do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente. O mesmo foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 15 de outubro de 2015.
- (b) Refere-se a termo aditivo ao contrato referido no item "a", autorizado pela Resolução de Diretoria nº 374/04 da Eletrobrás, celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 15 de maio de 2014.

Notas Explicativas

15 QUADRO RESUMO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, VALORES A PAGAR E FIDC

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS + FIDC + VALORES A PAGAR

Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Períodicidade de Pagamentos		Encargos	Circulante	Não Circulante	Valores em R\$ mil	
					Encargos	Principal				Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA											
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS											
BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US\$	15.2 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	2.396	91.574	86.388	180.358	241.847
BRADY - CONVERSÃO	US\$	15.2 item 1	0,875% a.a.+ LIBOR	abr-2012	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	167	48.380	-	131.811	164.114
BRADY	US\$	15.2 item 2	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	4.822	52.329	584.044	641.195	706.115
MEDIUM TERM NOTES											
SÉRIE 6	US\$	15.2 item 3	Taxa Fixa = 10% a.a.	mar-2011	Sem. (Mar. e Set.)	Parcela Única no Final	12.330	-	343.442	355.772	689.685
SÉRIE 7	US\$	15.2 item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev. e Ago.)	Parcela Única no Final	12.330	-	343.442	355.772	310.029
OUTRAS INSTITUIÇÕES											
ELETROPÁULO	US\$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	41	359	1.613	2.013	2.436
MOEDA NACIONAL											
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS											
B. BRASIL - (BNDES / BÍB's)	R\$	15.3 item 5	8,07548% a.a.+ (IGP-M/ TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal	Mensal	8.284	195.490	99.402	303.176	145.111
BRADESCO BBI	R\$	14.3 item 5	106% CDI	jan-2012	Final	Parcela Única no Final	7.351	45.490	79.609	125.941	145.111
BNDES - Fime ITAÚ-BBA	R\$		(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2010	Trimestral	3 Parcelas no final	91	-	157.351	157.351	-
MEDIUM TERM NOTES											
BÔNUS - SÉRIE 8	R\$	15.3 item 6	9,75% a.a.+ IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	36.778	-	940.323	977.101	938.640
ELETROBRÁS											
ELETROBRÁS - RGR	R\$	15.3 item 7	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	15	5.215	38.371	43.601	46.210
ELETROBRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	15	214	37.093	42.094	44.595
OUTRAS DÍVIDAS											
VALORES A PAGAR											
ELETROBRÁS (FURNAS/ITAIPÚ)	R\$	16 item (a) e (b)	10% a.a.+ IGP-M	out-2015	Mensal	Mensal	658	38.696	123.839	163.193	173.251
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS											
FIDC IV	R\$	17	1,75% a.a.+ CDI	mar-2017	Mensal	Mensal	10.529	284.475	966.436	1.261.440	1.324.676
								TOTAL GERAL	3.183.858	3.927.849	4.267.971

Notas Explicativas**16 MOVIMENTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, VALORES A PAGAR E FIDC**

	<u>Moeda Nacional</u>	<u>Moeda Estrangeira</u>	<u>Valores a Pagar</u>	<u>FIDC</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2010	1.129.961	1.640.083	173.251	1.324.676	4.267.971
Ingressos	169.793	-	-	-	169.793
Juros e Comissões	54.746	67.897	7.924	11.034	141.601
Variação Monetária	45.041	-	4.329	69.380	118.750
Variação Cambial	-	(80.222)	-	-	(80.222)
Amortização de Principal	(25.629)	(378.854)	(11.744)	(143.650)	(559.877)
Amortização de Juros	(50.034)	(69.566)	(10.567)	-	(130.167)
Saldo em 30.06.2011	1.323.878	1.179.338	163.193	1.261.440	3.927.849

17 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
COFINS s/ receitas	17.964	19.103
PIS s/ receitas	3.900	4.147
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	27	390
Imposto de renda s/lucro.....	15.664	14.561
Contribuição social s/lucro.....	5.386	6.200
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	7.453	8.919
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	4.602	3.234
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	675	1.179
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (*).....	37.627	35.094
	<u>93.298</u>	<u>92.827</u>
Não Circulante		
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (*).....	33.583	115.083
	<u>126.881</u>	<u>207.910</u>

(*) A Companhia concluiu em 30 de junho de 2011 a consolidação das dívidas previdenciárias e tributárias, no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, através do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09. Os benefícios oferecidos pela citada Lei, dentre eles a compensação de créditos fiscais no montante de R\$ 43.375, acarretaram em redução dessas dívidas no montante de R\$ 19.956, lançado a resultado em Outras Receitas (Despesas) Líquidas (nota 25.2):

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos* (CP) 12/2010.....	35.094
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos* (LP) 12/2010.....	<u>115.083</u>
Saldo em 31.12.2010.....	150.177
(-) Prejuízo Fiscal compensado.....	(32.835)
(-) Base Negativa compensada.....	(10.540)
(-) Antecipações - Lei 11.941/2009.....	(15.636)
(-) Ganho na consolidação - Lei 11.941/2009.....	<u>(19.956)</u>
Saldo em 30.06.2011.....	<u>71.210</u>

Notas Explicativas

Composição:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Dívidas Previdenciárias - RFB.....	15.324	29.370	44.694
Dívidas Tributárias - PGFN.....	3.160	4.213	7.373
Dívidas Tributárias - RFB.....	19.143	-	19.143
	<u>37.627</u>	<u>33.583</u>	<u>71.210</u>

Quando da consolidação, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelos prazos de pagamento em (i) dívidas previdenciárias: 36 parcelas; (ii) dívidas tributárias – PGFN: 29 parcelas e (iii) dívidas tributárias – RFB: 13 parcelas. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011, sendo que as parcelas vincendas serão atualizadas pela SELIC.

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	<u>30.06.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BSPS:.....	18.116	85.566	103.682	104.152
- Contrato de Dívida - outros.....	15.797	98.131	113.928	119.155
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	<u>(33.913)</u>	<u>(183.697)</u>	<u>(217.610)</u>	<u>(223.307)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

18.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

18.2 Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

Notas Explicativas

18.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 103.682

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

18.2.2 Contrato de Dívida – Outros – R\$ 113.928

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a.. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 30 de junho de 2011, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19, é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência os contratos de dívida são considerados garantias para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

18.3 Movimentação

	30.06.2011
Saldo em 31.12.2010.....	-
Custo (receita) esperada no período.....	(21.278)
Contribuições pagas	(19.484)
Ganho ou perda atuarial (inclui ajuste de marcação a mercado).....	40.762
Saldo em 30.06.2011.....	-

Notas Explicativas**19 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO**

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal.....	6.759	6.759
- Diferença de Quotas - 2008.....	-	170
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	30.403	29.805
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	1.097	1.097
Quotas para P&D - FNDCT (1).....	1.945	1.918
Quotas para P&D - EPE (1).....	1.022	1.008
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (2).....	31.666	40.450
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (3).....	15.338	19.718
	<u>88.230</u>	<u>100.925</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2010 (4).....	5.184	5.184
	<u>5.184</u>	<u>5.184</u>
	<u>93.414</u>	<u>106.109</u>

- (1) Referem-se às quotas provisionadas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (2) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.
- (3) Parcelamento relativo à tarifa de uso sistema de distribuição – TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de dezembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.
- (4) Diferença de recolhimentos de 2010, cuja forma de pagamento deverá ser definida pela ANEEL.

Notas Explicativas

20 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia responde por diversos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Composição:

	31.12.2010	30.06.2011		Saldo
	Saldo	Provisão (Reversão)	(-) Pagamentos	
Trabalhistas				
Ações diversas	152.610	13.144	(4.585)	161.169
Cíveis				
Ações diversas	18.847	1.899	-	20.746
Tributárias				
Ações diversas	27.654	(289)	(2)	27.363
Desapropriações e indenizações				
Ações e riscos ambientais.....	301.957	38.376	(1.061)	339.272
Ações cíveis.....	759.434	69.038	(2.804)	825.668
Ações de desapropriações.....	124.861	9.795	-	134.656
Ações cíveis/desapropriações - empresas cindidas.....	203.235	16.885	(6.856)	213.264
	1.389.487	134.094	(10.721)	1.512.860
TOTAL	1.588.598	148.848	(15.308)	1.722.138

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	30.06.2011			Total
	Expectativa de Perda			
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	161.169	31.874	144.252	337.295
Ações cíveis diversas.....	20.746	144.478	2.070	167.294
Ações tributárias.....	27.363	9.451	660	37.474
Ações e riscos ambientais.....	339.272	165.980	1.589.198	2.094.450
Ações cíveis.....	825.668	1.495.533	1.578.562	3.899.763
Ações de desapropriações.....	134.656	100.734	2.060	237.450
Ações cíveis/desapropriações - empresas cindidas.....	213.264	233	403	213.900
	1.722.138	1.948.283	3.317.205	6.987.626

A CESP é pólo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza cível, tributária, ambiental, trabalhista, bem como nos decorrentes de desapropriações. Em 30 de junho de 2011, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 6.988 milhões. Nesta mesma data, o provisionamento total para os riscos administrativos e judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 1.722 milhões, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de alguns processos no montante de R\$ 351 milhões (R\$ 319 milhões em 31 de dezembro de 2010), referente a ações cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota 7) e R\$ 94 milhões (imobilizado em curso – Nota 11.1). As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir.

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas informações trimestrais ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

Notas Explicativas

20.1 Ações Judiciais

20.1.1 Reclamações Trabalhistas

Em 30 de junho de 2011, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 337,3 milhões. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 161,1 milhões e realizou depósitos judiciais em garantia de alguns processos, da ordem de R\$ 15 milhões.

A CESP é ré em 88 processos relacionados à comissão de risco (adicional de periculosidade), que totalizam R\$ 82 milhões. Quatro destas ações, que envolvem sindicatos representantes dos trabalhadores da CESP, representam um montante de R\$ 78,3 milhões em 30 de junho de 2011. Os demais processos judiciais envolvem montantes pouco representativos.

Outras ações, sendo três movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira, de São Paulo e de Campinas, objetivam um reajuste de 17,28% sobre pagamentos efetuados sob um acordo judicial. Com base em decisões anteriores e na opinião de seus assessores jurídicos, o valor dessas ações, com expectativa de perda remota, sem provisão é de R\$ 86,9 milhões em 30 de junho de 2011.

20.1.2 Ações Cíveis Diversas

20.1.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nºs. 38 e 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. O valor estimado total dessas ações era de R\$ 23,6 milhões em 30 de junho de 2011, com provisão constituída de R\$ 13,6 milhões para as ações com expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul em face da ANEEL. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor de aproximadamente R\$ 956 milhões, sendo a parte da CESP aproximadamente R\$136,6 milhões. E a avaliação de risco é de perda possível.

A Resolução ANEEL nº 290/00 ensejou dupla interpretação com relação à opção pelo alívio de exposição (possibilidade ou não) face às cotas de Itaipu; e o despacho ANEEL nº 288/02 esclarece que as cotas de Itaipu teriam tratamento diferenciado, obrigando os agentes à opção pelo alívio (seguro).

20.1.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 27,3 milhões, com expectativas de perdas consideradas prováveis e efetuou depósitos em garantia de R\$ 24,7 milhões.

20.1.4 Ações e Riscos Ambientais

A CESP responde a 255 ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

Os valores definitivamente devidos nessas ações só poderão ser apurados em liquidação de sentença, caso a CESP venha a ser condenada.

A estimativa da soma dos valores dessas ações, com avaliação de perda provável alcança R\$ 190,3 milhões, com correspondente provisão integralmente constituída.

Notas Explicativas

Adicionalmente, inclui R\$ 149 milhões de provisão constituída sobre depósitos judiciais referente a processos e aquisições de áreas para implantação de parques e reflorestamento.

20.1.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

20.1.5.1 Ação de Indenização

Em dezembro de 2000, a empresa Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A. ajuizou ação contra a Companhia, pleiteando indenização por perdas e danos referentes à não utilização dos equipamentos e trabalhadores empregados na construção da Usina Porto Primavera em razão da suspensão das obras, em três períodos de tempo distintos. O valor da ação, em 30 de junho de 2011 era de aproximadamente R\$ 1.137 milhões. A Administração considera que há risco de desembolso e registrou provisão de R\$ 327,6 milhões referentes a um período, sendo os demais classificados como risco possível.

20.1.5.2 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 30 de junho de 2011, era de R\$ 502 milhões, para 322 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Empresa, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente, são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes, a Companhia mantém provisão no montante de R\$ 153 milhões cujo risco de perda é avaliado como provável.

20.1.5.3 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 194 ações envolvendo o valor de R\$ 576 milhões para 30 de junho de 2011. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista. Este prazo foi o referencial para a CESP promover o estoque de argila necessário. O montante provisionado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 157 milhões para as ações cujo risco foi avaliado como provável.

Ainda com relação à atividade oleiro-cerâmica, a CESP responde uma ação de indenização, perante a Comarca de Panorama, proposta por Hélio Cardoso Costa e outros 2.157 empregados de olarias pleiteando perdas e danos materiais e morais decorrentes da paralisação da atividade. O valor envolvido nessa ação é de aproximadamente R\$ 1.178 milhões. Não foi constituída provisão em razão da avaliação de risco de perda dessa ação ser considerada remota.

20.1.6 Ações de Desapropriações – Usinas CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 134,6 milhões para as ações de desapropriações envolvendo suas usinas, que correspondem à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da CESP. Em 30 de junho de 2011, o valor da pretensão dos expropriados correspondentes às áreas das usinas da CESP era de R\$ 237,4 milhões.

20.1.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 30 de junho de 1999 é da CESP. Em 30 de junho de 2011, o valor da pretensão dos expropriados correspondente a todas essas ações era de aproximadamente R\$ 213,9 milhões, dos quais foram provisionados R\$ 213,3 milhões.

Notas Explicativas

21 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

21.1 Obrigações Socioambientais

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)...	24.075	24.172
	<u>24.075</u>	<u>24.172</u>
Não Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)...	54.045	64.078
Reflorestamento (b).....	104.593	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento..	59.822	59.821
	<u>218.460</u>	<u>228.492</u>
	<u>242.535</u>	<u>252.664</u>

(a) Refere-se a passivo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, a ser pago em até 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término em agosto de 2014.

(b) Refere-se à aquisição de áreas e projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

21.2 Outras Obrigações

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a).....	19.688	19.688
Fundação CESP (b).....	14.252	14.338
P & D - Projetos (c).....	82.172	72.926
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d).....	70.369	85.469
Outros.....	6.266	2.977
	<u>192.747</u>	<u>195.398</u>
Não Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a).....	16.147	26.479
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d).....	5.531	45.617
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização).....	15.481	15.481
	<u>37.159</u>	<u>87.577</u>
	<u>229.906</u>	<u>282.975</u>

(a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.

(b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.

(c) Saldo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados pela SELIC.

(d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de Processos de desapropriações de Usinas das empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m., valores provisionados como contingência em 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.06.2011			Acumulado em 30.06.2011
			Ativo	Passivo		Resultado
			Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
SABESP (a)		Venda de energia	8.411	-	-	51.355
METRÔ (a)		Venda de energia	4.837	-	-	19.308
CPTM (a)		Venda de energia	2.978	-	-	23.857
DAEE	5	Cessão de créditos	8.668	-	-	796
Eletrobrás	15	Empréstimos	-	5.215	38.371	(1.586)
Eletrobrás	16	Valores a pagar	-	39.354	123.839	(12.253)
Fundação CESP	18	Previdência privada	-	-	-	(19.484)

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.12.2010			Resultado
			Ativo	Passivo		Resultado
			Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
SABESP (a)		Venda de energia	8.450	-	-	22.155
METRÔ (a)		Venda de energia	4.766	-	-	12.923
CPTM (a)		Venda de energia	3.122	-	-	6.991
DAEE	5	Cessão de créditos	11.043	-	-	355
EMAE (b)		Aluguel	-	56	-	(168)
Eletrobrás	15	Empréstimos	-	5.231	40.979	(889)
Eletrobrás	16	Valores a pagar	-	37.283	135.968	(9.381)
Fundação CESP	18	Previdência privada	-	-	-	(11.325)

- a) Termos de aditamentos celebrados com as empresas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controladas pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico.
- b) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 56. Por decisão dos Conselhos de Administração da CESP e da EMAE, desde dezembro de 2002, as áreas gerenciais das duas empresas passaram a atuar de forma coordenada e as áreas operacionais passaram a atuar de forma integrada, mediante acordos técnico-operacionais assinados entre as partes. Os Acordos prevêem adequada segregação de custos contábeis e orçamentários, além dos correspondentes reembolsos de gastos, se incorridos de uma empresa para a outra.

A remuneração da Administração da Companhia no segundo trimestre de 2011 foi de R\$ 1.036 (R\$ 388 em 2010), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 966 (R\$ 352 em 2010) e encargos sociais no valor de R\$ 71 (R\$ 36 em 2010). A Companhia não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações, tampouco benefícios de longo prazo além dos contemplados no plano de benefícios de aposentadoria e pensão descritos na nota 18.

Notas Explicativas

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

23.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 8.119.548 ações preferenciais classe A e 210.215.567 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social aprovado na AGE de 03 de dezembro de 2008, até o limite máximo de R\$ 17.926.300.

Os principais acionistas da Companhia, em 30 de junho de 2011, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,20	117.841.549	35,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,56	13.793.103	4,21
Outros.....	2.090	-	2	-	3	-	2.095	-
	<u>104.038.789</u>	<u>95,30</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>28.928.272</u>	<u>13,76</u>	<u>132.967.063</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Banco Santander (Brasil) S.A.	973.478	0,89	-	-	11.549.745	5,49	12.523.223	3,82
UBS AG London Branch.....	-	-	-	-	12.881.649	6,13	12.881.649	3,93
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	82,08	-	-	6.702.159	2,05
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	9.348.439	4,45	9.348.439	2,85
Capital Group Internacional Inc.	-	-	-	-	10.619.469	5,05	10.619.469	3,24
HSBC Bank PLC London	-	-	-	-	27.390.420	13,03	27.390.420	8,37
The Bank of New York - ADR Department	165.309	0,15	274.664	3,38	-	-	439.973	0,13
Pessoas Físicas.....	2.712.724	2,49	1.095.027	13,49	4.786.787	2,28	8.594.538	2,62
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.232.907	1,13	55.384	0,68	104.710.786	49,81	105.999.077	32,38
Outros.....	6.718	0,01	29.945	0,37	-	-	36.663	0,01
	<u>5.128.769</u>	<u>4,70</u>	<u>8.119.546</u>	<u>100,00</u>	<u>181.287.295</u>	<u>86,24</u>	<u>194.535.610</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>210.215.567</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	<u>1.991.811</u>		<u>148.145</u>		<u>3.835.477</u>		<u>5.975.433</u>	

23.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;

Notas Explicativas

- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

23.3 Reservas de Capital

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.03.2010</u>
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

23.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01.01.2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 1 1.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros Acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

Movimento	Ajuste Imobilizado	Impostos diferidos Passivo	Ajuste de Avaliação Patrimonial
Valor em 31/12/2010	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no período	(75.546)	25.686	(49.860)
Valor em 31/03/2011	2.875.474	(977.661)	1.897.813
Realização no período	(74.972)	25.490	(49.482)
Valor em 30/06/2011	2.800.502	(952.171)	1.848.331

23.5 Reservas de Lucros

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Reserva legal.....	42.788	42.788
Reserva de lucros a realizar (*).....	579.959	579.959
	<u>622.747</u>	<u>622.747</u>

(*) A Assembleia Geral Ordinária, de 30 de abril de 2010, aprovou a constituição da reserva de lucros a realizar.

Com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a reserva de lucros a realizar, no valor de R\$ 579.959, referente às parcelas de variações cambiais relevantes a se realizarem entre 2011 a 2019 (Nota 8).

Notas Explicativas

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	162.733	46.126	170.216	33.404	27.955	31.097	34.593	38.482	35.353	579.959

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma acima, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

24 RECEITA OPERACIONAL

24.1 Contratos de Venda de Energia

Conforme Decreto nº 5.163, de 31 de dezembro de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano puderam optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Venda de Energia – CVEs, além dos contratos de conexão e de uso.

Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Tarifas de Energia		(% de Reajuste)
		2010	2011	
Jaguari	Fevereiro	90,65	96,05	5,96
CSPE	Fevereiro	90,87	96,32	6,00
LESTE PAULISTA (ex - CPEE)	Fevereiro	90,04	95,44	6,00
Mococa	Fevereiro	116,40	123,38	6,00

Obs.: Tarifa homologada com vigência a partir de 3 de fevereiro de cada ano.

24.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP iniciou em 2005, o atendimento dos contratos com 36 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência do leilão realizado em 7 de dezembro de 2004 (Nota 1.2).

Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2011		Produtos			2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039					
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014									
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	83,42	91,84	104,37	34,33	109,24	30,83	119,83	28,26	156,43	25,17	147,43	27,09
Ampla	Março	84,08	92,57	105,21	35,39	110,11	31,87	-	-	157,68	26,17	148,61	28,11
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	84,75	93,31	106,04	36,47	110,98	32,91	121,74	30,30	158,92	27,17	149,79	29,13
Nacional, Caiuá, Vale Parapananema e Bragantina	Maio	85,40	94,02	106,86	37,52	111,84	33,94	-	-	160,15	28,15	150,94	30,12
Cataguazes e Copel	Junho	85,80	94,47	107,36	38,16	112,36	34,56	-	-	-	-	151,65	30,73
Celtins e Eletropaulo	Julho	85,93	94,61	107,52	38,37	112,53	34,77	123,44	32,12	161,14	28,94	151,88	30,93

Notas Explicativas

Reajustes em 2010		Produtos				Produto		Produto		Produto	
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014	(%) de Reajuste	2008 a 2015	(%) de Reajuste	2009 a 2016	(%) de Reajuste	2009 a 2038	(%) de Reajuste
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	78,70	86,65	98,47	26,73	103,06	23,43	113,05	21,00	147,58	18,09
Ampla	Março	79,31	87,32	99,24	27,72	103,87	24,40	-	-	148,73	19,01
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	79,73	87,78	99,76	28,39	104,41	25,04	114,53	22,58	149,51	19,64
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maio	80,18	88,28	100,32	29,11	105,00	25,75	-	-	150,36	20,32
Cataguazes e Copel	Junho	80,53	88,66	100,76	29,68	105,45	26,29	-	-	-	-
Celtins e Eletropaulo	Julho	80,53	88,66	100,76	29,68	105,45	26,29	115,68	23,81	151,01	20,84

24.3 Energia Vendida

No quadro a seguir é apresentada a energia vendida:

Energia Vendida no 2º Trimestre	MWh (*)		R\$ Mil	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento (1)				
Industrial.....	1.345.143	1.590.665	134.769	150.721
Comercial.....	5.564	0	685	0
Serviço Público.....	464.553	445.364	50.003	43.731
	<u>1.815.260</u>	<u>2.036.029</u>	<u>185.457</u>	<u>194.452</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores(2).....	1.111.803	774.194	88.110	75.064
Contratos de Compra de Energia - CCE's....(3).....	169.396	200.571	17.437	19.303
	<u>1.281.199</u>	<u>974.765</u>	<u>105.547</u>	<u>94.367</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012	1.420.496	1.440.699	116.070	111.885
Produto 2 CCEAR 2006-2013	2.103.205	2.166.710	190.197	185.980
Produto 3 CCEAR 2007-2014	38.257	39.594	3.906	3.848
Produto 4 CCEAR 2008-2015	315.382	331.030	33.839	33.766
Produto 5 CCEAR 2009-2016	210.712	214.705	24.670	23.933
Produto 6 CCENV 2009-2038	173.464	174.138	26.717	25.464
Produto 7 CCENV 2010-2039	314.025	313.012	45.516	43.067
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	531.336	416.346	49.169	36.361
	<u>5.106.877</u>	<u>5.096.234</u>	<u>490.084</u>	<u>464.304</u>
	<u>6.388.076</u>	<u>6.070.999</u>	<u>595.631</u>	<u>558.671</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - SPOT.....	1.082.471	776.872	15.341	23.108
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	647.422	1.127.486	5.369	9.839
	<u>1.729.893</u>	<u>1.904.358</u>	<u>20.710</u>	<u>32.947</u>
Total.....	<u>9.933.229</u>	<u>10.011.386</u>	<u>801.798</u>	<u>786.070</u>

Notas Explicativas

Energia Vendida Acumulado Semestre	MWh (*)		R\$ Mil	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento (1)				
Industrial.....	2.679.614	3.171.644	268.638	299.997
Comercial.....	11.939	0	1.470	0
Serviço Público.....	928.097	881.390	99.580	85.800
	<u>3.619.650</u>	<u>4.053.034</u>	<u>369.688</u>	<u>385.797</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores(2)	1.815.414	1.560.507	158.825	144.901
Contratos de Compra de Energia - CCE's.....(3)	343.567	386.271	35.041	36.969
	<u>2.158.981</u>	<u>1.946.778</u>	<u>193.866</u>	<u>181.870</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012	2.895.493	2.918.659	234.654	225.111
Produto 2 CCEAR 2006-2013	4.323.957	4.429.293	386.644	376.604
Produto 3 CCEAR 2007-2014	78.567	80.851	7.964	7.808
Produto 4 CCEAR 2008-2015	649.858	676.432	69.037	68.403
Produto 5 CCEAR 2009-2016	436.764	447.317	50.755	49.551
Produto 6 CCENV 2009-2038	355.087	356.285	54.043	51.594
Produto 7 CCENV 2010-2039	637.645	633.825	91.450	86.461
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	1.037.024	815.577	94.469	70.382
	<u>10.414.395</u>	<u>10.358.239</u>	<u>989.016</u>	<u>935.914</u>
	<u>12.573.376</u>	<u>12.305.017</u>	<u>1.182.882</u>	<u>1.117.784</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - SPOT.....	2.786.910	2.864.055	67.139	62.203
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE...	950.859	1.467.404	8.513	13.248
	<u>3.737.769</u>	<u>4.331.459</u>	<u>75.652</u>	<u>75.451</u>
Total.....	<u>19.930.795</u>	<u>20.689.510</u>	<u>1.628.222</u>	<u>1.579.032</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(3) Contratos de compra e venda de energia, conforme (Nota 24.1).

(4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia e Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e MCSD.

(5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (SPOT e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

24.4 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

Notas Explicativas

	Trimestres Findos em	
	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia.....	185.457	194.452
Suprimento de energia - Contratos.....	105.547	94.367
Suprimento de energia de leilões.....	490.084	464.304
Energia de curto prazo	20.710	32.947
	<u>801.798</u>	<u>786.070</u>
Outras receitas.....	1.141	878
	<u>802.939</u>	<u>786.948</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-	
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(21.567)	(20.275)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(7.257)	(6.924)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(34)	(25)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(60.826)	(58.057)
PIS s/ receitas operacionais.....	(13.046)	(13.254)
	<u>(102.730)</u>	<u>(98.535)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>700.209</u>	<u>688.413</u>
	Acumulado em	
	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia	369.688	385.797
Suprimento de energia - Contratos.....	193.866	181.870
Suprimento de energia de leilões.....	989.016	935.914
Energia de curto prazo	75.652	75.451
	<u>1.628.222</u>	<u>1.579.032</u>
Outras receitas.....	2.174	1.779
	<u>1.630.396</u>	<u>1.580.811</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(42.703)	(40.551)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(14.517)	(13.813)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(64)	(52)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(120.519)	(116.280)
PIS s/ receitas operacionais.....	(26.095)	(25.977)
	<u>(203.898)</u>	<u>(196.673)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.426.498</u>	<u>1.384.138</u>

Notas Explicativas

25 CUSTOS E DESPESAS

25.1 Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Energia comprada (1)				
CCEE	-	4		4
Outras.....	-	23.250	-	45.589
	<u>-</u>	<u>23.254</u>	<u>-</u>	<u>45.593</u>
Uso da Rede Elétrica (2)				
Conexão - CTEEP	34	33	68	65
Rede Básica.....	78.447	82.106	159.241	164.427
	<u>78.481</u>	<u>82.139</u>	<u>159.309</u>	<u>164.492</u>
Total.....	<u>78.481</u>	<u>105.393</u>	<u>159.309</u>	<u>210.085</u>

- (1) Valores de faturamento e fechamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país, além de outras aquisições para atendimento de contratos.
- (2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL n°s 670 de 24 de junho de 2008, e Resoluções Homologatórias ANEEL n°s 845 de 30 de julho de 2009 e 1022, de 29 de julho de 2010.

25.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	Trimestres findos em		Semestres findos em	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Ganho na alienação de bens e direitos.....	1.321	10.289	1.447	10.289
Ganho na consolidação dívidas REFIS (Lei 11.941/09 - notas 8 e 17).....	19.956	-	19.956	-
Depreciação de bens não vinculados.....	(1.493)	(389)	(1.881)	(777)
Despesas com convênios	(4.998)	(3.650)	(8.448)	(7.946)
Indenizações - empresas cindidas (a).....	(3.334)	(612)	(3.412)	(3.783)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b).....	(9.939)	-	(24.135)	-
Reversão (Provisões) ações cíveis / desapropriações - cindidas (a).....	(8.477)	254	(16.885)	(424)
Provisões ações cíveis (b).....	(27.545)	(17.096)	(69.038)	(21.008)
Provisões ações e contingências ambientais (b).....	(19.881)	(21.579)	(38.376)	(42.815)
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(144)	(1.099)	(231)	(1.030)
	<u>(54.534)</u>	<u>(33.882)</u>	<u>(141.003)</u>	<u>(67.494)</u>

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações e cíveis anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 20.1.7);
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 11.1).

Notas Explicativas**26 RESULTADO FINANCEIRO****Resultado Financeiro do 2º Trimestre**

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	7.858	5.360
Atualização de quotas subordinadas - FIDC I, II, III e IV (Nota 7).....	78	7.976
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 10).....	402	-
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 5).....	1.678	8.960
Outras.....	534	908
	<u>10.550</u>	<u>23.204</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(33.791)	(43.026)
Moeda nacional.....	(32.012)	(33.396)
	<u>(65.803)</u>	<u>(76.422)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros.....	(12)	(2.107)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (Nota 16).....	(6.454)	(9.219)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(9.740)	(6.864)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	(1.316)	(62)
Imposto s/ operações financeiras.....	-	(669)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(3.494)	-
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(445)	(472)
Atualização P&D - projetos.....	(1.430)	(863)
Desconto contrato de clientes.....	(9.184)	(3.127)
Outros encargos.....	(164)	(134)
	<u>(32.239)</u>	<u>(23.517)</u>
Soma das Despesas	<u>(98.042)</u>	<u>(99.939)</u>
	<u>(87.492)</u>	<u>(76.735)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(61.338)	(49.311)
Moeda estrangeira.....	48.243	(20.115)
	<u>(13.095)</u>	<u>(69.426)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(100.587)</u>	<u>(146.161)</u>

Notas Explicativas

Resultado Financeiro Acumulado no Semestre

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	12.153	8.733
Atualização de quotas subordinadas - FIDC I, II, III e IV (Nota 7).....	2.847	10.098
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 10).....	796	1.353
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 5).....	3.408	17.017
Outras.....	830	1.849
	<u>20.034</u>	<u>39.050</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(67.897)	(88.580)
Moeda nacional.....	(65.780)	(64.028)
	<u>(133.677)</u>	<u>(152.608)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros.....	(85)	(2.285)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (Nota 16).....	(12.253)	(18.600)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(18.519)	(15.080)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	(1.334)	(2.287)
Imposto s/ operações financeiras.....	-	(1.167)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(7.482)	-
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(689)	(947)
Atualização P&D - projetos.....	(2.477)	(1.590)
Desconto contrato de clientes.....	(15.848)	(7.483)
Outros encargos.....	(4.652)	(2.164)
	<u>(63.339)</u>	<u>(51.603)</u>
Soma das Despesas	<u>(197.016)</u>	<u>(204.211)</u>
	<u>(176.982)</u>	<u>(165.161)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(114.421)	(99.919)
Moeda estrangeira.....	80.222	(64.542)
	<u>(34.199)</u>	<u>(164.461)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(211.181)</u>	<u>(329.622)</u>

27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

As parcelas dos tributos e contribuições sociais (IRPJ e CSLL) foram calculadas sobre o lucro tributável em 30 de junho de 2011 e 2010.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

Notas Explicativas

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo).

Em relação aos seus instrumentos financeiros, a Companhia elabora projeções de cenários, apresentando três possibilidades:

- (i) Cenário Provável: são refletidas as expectativas para 360 dias a partir da data do Balanço, disponibilizadas pelo mercado financeiro, para cálculo dos valores futuros das operações.
- (ii) Cenário Possível: considera uma deterioração de 25% de variável de risco considerada, em relação ao valor apresentado em Provável;
- (iii) Cenário Remoto: deterioração de 50% sobre a variável de risco em análise.

Em 30 de junho de 2011, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	312.198	331.256
Energia livre / CCEE (Nota 5)	32.060	43.554
	<u>344.258</u>	<u>374.810</u>
Valor justo por meio do resultado		
Depósitos vinculados (Nota 7.b)	-	171.266
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 7.a)	75.107	74.860
	<u>75.107</u>	<u>246.126</u>
	<u>419.365</u>	<u>620.936</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	2.503.216	2.770.044
FIDC (Nota 13)	1.261.440	1.324.676
Valores a pagar (Nota 14)	163.193	173.251
	<u>3.927.849</u>	<u>4.267.971</u>

29.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Índice de Endividamento		
Empréstimos + Financ.+FIDC + Valores a pagar	3.927.849	4.267.971
Caixa e equivalente de Caixa	430.465	170.760
Dívida Líquida	3.497.384	4.097.211
Patrimônio Líquido	10.533.507	10.474.951
Índice de Endividamento Líquido	<u>33,2%</u>	<u>39,1%</u>

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 30 de junho de 2011					
Empréstimos e Financiamentos.....	409.633	172.734	1.633.019	287.830	2.503.216
FIDC.....	295.004	196.563	589.690	180.183	1.261.440
Valores a Pagar.....	39.354	37.152	86.687	-	163.193
	<u>743.991</u>	<u>406.449</u>	<u>2.309.396</u>	<u>468.013</u>	<u>3.927.849</u>
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos e Financiamentos.....	572.901	169.788	1.610.628	416.727	2.770.044
FIDC.....	285.123	253.261	629.816	156.476	1.324.676
Valores a Pagar.....	37.283	34.952	101.016	-	173.251
	<u>895.307</u>	<u>458.001</u>	<u>2.341.460</u>	<u>573.203</u>	<u>4.267.971</u>

Notas Explicativas

29.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo risco de taxa de câmbio (essencialmente o dólar norte-americano). Em 30 de junho de 2011, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 1.179.338 (R\$1.640.083 em 31 de dezembro de 2010) referentes a captações em moeda estrangeira, primordialmente em dólar norte americano.

Passivos	Saldo Contábil	
	30/06/2011	31.12.2010
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$	1.179.338	1.640.083
(-) Cauções e depósitos vinculados	-	(171.266)
Total	1.179.338	1.468.817

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

A Companhia elaborou análise de sensibilidade deste risco, em consonância com a Instrução CVM 475/08, utilizando o cenário de taxas de juros provável nos contratos com taxas variáveis, bem como os cenários divulgados no relatório Focus (Bacen) de 01/07/2011, para estimar um cenário de taxa média de dólar.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	1,64	2,05	2,46

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (julho/2011 a junho/2012), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às moedas:				
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	12.024	74.506	136.989

A Companhia, em decorrência da variação cambial projetada, teria um acréscimo na saída de caixa no período de julho/2011 a junho/2012 de R\$ 12.024 no cenário provável, e nos cenários possível e remoto de R\$ 74.506 e R\$ 136.989, respectivamente.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/06/2011, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/06/2012 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Passivos	Risco	Saldo em 30/06/2011	Projeção para 30/06/2012		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos					
Dólar Americano - US\$	Apreciação do US\$	1.179.338	1.238.943	1.548.679	1.858.415

Notas Explicativas

29.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía R\$ 3.239.314, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 688.535 captados a taxas fixas:

Passivos	Saldo Contábil	
	30/06/2011	31.12.2010
Vinculados às taxas:		
Moeda Nacional	2.748.511	2.627.888
CDI	1.387.381	1.324.676
IGP-M	320.544	201.253
IPC-A	977.101	938.640
TJLP	19.884	117.109
TAXA FIXA	43.601	46.210
Moeda Estrangeira	1.179.338	1.640.083
UMBNDDES	641.195	706.115
LIBOR	50.560	80.169
TAXA FIXA	487.583	853.799
Total	3.927.849	4.267.971

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos, que além de taxa fixa e "spread" tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7 utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (BACEN) de 01/07/2011. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

CDI	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	12,33	15,41	18,5
IGP-M	5,51	6,88	8,26
IPC-A	5,63	7,03	8,44
TJLP	6	7,5	9
UMBNDDES	3,59	4,49	5,39
LIBOR	0,5	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (julho/2011 a junho/2012), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas informações trimestrais, conforme a tabela abaixo:

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Variação do CDI	1.171	7.899	14.578
	Variação do IGP-M	1.968	2.090	2.213
	Variação do IPC-A	2.011	2.698	3.213
	Variação da TJLP	-	318	635
Moeda Estrangeira	Variação da UMBNDES	-	7.879	14.783
	Variação da LIBOR	-	102	204
Total		5.150	20.986	35.626

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um acréscimo na saída de caixa de R\$ 5.150 no cenário provável, de R\$ 20.986 no cenário possível e R\$ 35.626 no cenário remoto comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 30/06/2011, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/06/2012 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 30/06/2011	Projeção para 30/06/2012		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
Moeda Nacional	Variação do CDI	1.261.440	1.116.544	1.150.962	1.185.379
IGP-M	Variação do IGP-M	188.109	151.876	153.966	156.056
IPC-A	Variação do IPC-A	977.101	1.025.336	1.039.755	1.054.174
TJLP	Variação da TJLP	120.909	66.693	67.694	68.694
TAXA FIXA	Sem Risco	200.952	38.382	38.382	38.382
Moeda Estrangeira					
UMBNDDES	Variação da UMBNDES	641.195	603.721	609.141	614.561
LIBOR	Variação da LIBOR	50.560	1.444	1.446	1.448
TAXA FIXA	Sem Risco	487.583	705.180	705.180	705.180
Total		3.927.849	3.709.176	3.766.526	3.823.874

29.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

29.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 4 bilhões em 30 de junho de 2011, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira para dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

Notas Explicativas

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Análise da existência de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 30 de junho de 2011 e não possui nenhuma em aberto na data de 30 de junho de 2011.

29.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2011 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

29.6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

29.6.2 Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo – CCEE: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

29.6.3 Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

29.6.4 Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	30/06/2011		31.12.2010	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Estrangeira				
Medium Term Notes	(355.772)	(397.194)	(689.685)	(734.823)
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	(977.101)	(1.117.235)	(938.640)	(995.158)
FIDC's	(1.261.440)	(1.260.105)	(1.324.676)	(1.324.335)
Total	(2.594.313)	(2.774.534)	(2.953.001)	(3.054.316)

Notas Explicativas

30 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

<u>Tipo</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Venc.to.</u>	<u>Valor Segurado</u>
D&O - Seguro de Administradores	ACE Seguradora S/A	Responsabilidade civil - D&O	03/2012	2.000
Vida	Tóquio Marine	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2011	2.600
Aeronáutico	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	Casco/ Responsabilidade Civil	12/2011	20.000
Riscos Patrimoniais	Itaú XL Seguros	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	08/2011	244.500

31 FATOS RELEVANTES

Em 1º de abril de 2011 a Companhia efetuou a contratação de Finame no valor de R\$ 40 milhões, a ser repassado em 4 parcelas, com vencimento no final em 15 de abril de 2015 ao custo de TJLP mais 4,15% a.a.

32 EVENTO SUBSEQUENTE

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 4 de agosto de 2011, foi aprovada a destinação aos acionistas a título de antecipação de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 50 milhões às ações ON e PNB, para pagamento até 31 de outubro de 2011.

33 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de agosto de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 30 de junho de 2011 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais		Preferenciais		Total	
		%	Classe A	%	Classe B	%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,20	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,56	13.793.103	4,22
Outros.....	2.090	-	2	-	3	0,00	2.095	-
	104.038.789	95,30	2	-	28.928.272	13,76	132.967.063	40,60
Outros								
Banco Santander (Brasil) S/A (capital aberto) (a).....	973.478	0,89	-	-	11.549.745	5,49	12.523.223	3,82
Blackrock Inc. (*).....	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	82,08	-	-	6.702.159	2,05
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (capital aberto) (a)...	-	-	-	-	9.348.439	4,45	9.348.439	2,85
Capital Group Internacional Inc. (*).....	-	-	-	-	10.619.469	5,05	10.619.469	3,24
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	27.390.420	13,03	27.390.420	8,36
UBS AG London Branch (*).....	-	-	-	-	12.881.649	6,13	12.881.649	3,93
The Bank of New York - ADR Department	165.309	0,15	274.664	3,38	-	-	439.973	0,13
Pessoas Físicas.....	2.712.724	2,48	1.095.027	13,49	4.786.787	2,28	8.594.538	2,62
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.232.907	1,13	55.384	0,68	104.710.786	49,81	105.999.077	32,37
Outros.....	6.718	0,01	29.945	0,37	-	-	36.663	0,01
	5.128.769	4,70	8.119.546	100,00	181.287.295	86,24	194.535.610	59,40
	109.167.558	100,00	8.119.548	100,00	210.215.567	100,00	327.502.673	100,00
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	1.991.811		148.145		3.835.477		5.975.433	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(*)O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física**

Companhia Paulista de Parcerias - CPP		Posição em 30.06.2011					
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%	
Secretaria de Estado dos							
Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00	
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00	

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.		Posição em 30.06.2011					
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	552.968.382	50,87	-	832	0,00	552.969.214	40,88
BNDESPAR.....	180.757.950	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.052	14,75
BNDES.....	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	230.363.544	21,19	146.920	228.482.278	86,08	458.992.742	33,93
	1.087.050.297	100,00	146.920	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 30 de junho de 2011 e 2010**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.06.2011							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.729	95,30	-	-	28.928.272	13,76	132.967.001	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	3	0,00	5	0,00	105	0,00	113	0,00
Diretoria.....	60	0,00	-	-	5.100	0,00	5.160	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.766	4,70	8.119.543	100,00	181.282.090	86,24	194.530.399	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>210.215.567</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.766	4,70	8.119.543	100,00	181.282.090	86,24	194.530.399	59,40

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.06.2010							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.271	13,76	132.967.057	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	8	0,00	5	0,00	-	-	13	0,00
Diretoria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.764	4,70	8.119.543	100,00	181.287.296	86,24	194.535.603	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>210.215.567</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.764	4,70	8.119.543	100,00	181.287.296	86,24	194.535.603	59,40

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informação intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a informação intermediária do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Iara Pasion
Auditores Independentes Contadora
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 121517/O-3

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	